

ciam ir muito bem: "No período 1950/61, a taxa de crescimento global de nossa economia foi superior à dos países que constituem o poderoso Mercado Comum Europeu, revelando-se menor em termos *per capita* apenas porque crescemos mais rapidamente sob o aspecto demográfico. Na América Latina, sustentamos de há muito privilegiada situação prioritária. A renda *per capita* tem aumentado 3% ao ano, no Brasil, enquanto cresce apenas 1% nos outros países do continente, inclusive nos Estados Unidos. A economia nacional expandiu-se em ritmo acelerado, no período 1957/61, atingindo a taxa de 7% contra 5,2% de média nos quinquênios imediatamente anteriores." A produção industrial passara, em valor, dos 200 bilhões de cruzeiros, em 1955, para quase 700 bilhões, em 1959. Mas o aumento real, isto é, deflacionando aquele total, era de 71% apenas; os aumentos de 1956 e de 1958 alinhavam-se em taxas altíssimas, de 35 e de 21% respectivamente. Mas, entre 1955 e 1959, enquanto os salários dos operários haviam passado ao índice 138 (fixado o índice de 100 para 1955), as despesas de consumo haviam passado ao índice 174. Assim, o economista era obrigado a confessar: "O salário, confiscado pela inflação violenta, no seu poder real, financiou o desenvolvimento, proporcionando melhores lucros".

O processo corrente de transferência e de concentração da renda, levado a proporções desmedidas, foi o da inflação. O meio circulante, no fim de 1955, alcançava pouco menos de 70 milhões de cruzeiros; no fim de 1960, ascendera a mais de 200 milhões, quase triplicara. O dólar valia, em 1955, pouco menos de 74 cruzeiros; em 1960, subira para 190 cruzeiros e, em 1961, para 280, quadruplicando a relação com a moeda brasileira. O enorme afluxo de capitais estrangeiros — 2,3 bilhões de dólares, entre 1955 e 1961 — aliviava tensões e transferia o desencadeamento, ou o desvendamento da crise. O Estado, com tal injeção de recursos, cujo pagamento transferia ao futuro, podia atender a

<sup>90</sup> João Pinheiro Neto: *Salário é Causa de Inflação?*, Rio, 1963, p. 11.

<sup>91</sup> João Pinheiro Neto: *op. cit.*, p. 19. O autor faz algumas considerações interessantes: "A exportação com o cruzeiro aviltado (verdade cambial) é visível, produz alta do custo de vida. Todas as facilidades que a SUMOC deu aos exportadores de produtos tradicionais, como algodão e cacau (café será estudado à parte), resultaram em vida mais cara e exportações menos valiosas para o país. Trabalhou-se mais. Vendeu-se mais para o exterior. Elevou-se criminosamente o dólar. Resultado: vida cara e ganhos menores com a exportação. Em 1959, exportamos 4.290.000 toneladas de mercadorias e recebemos pelas mesmas US\$ 1.550 milhões. Em 1960, exportamos 10 milhões de toneladas, ou duas vezes e meia mais, e recebemos US\$ 1.260 milhões. (...) O investimento estrangeiro, no ano de 1960, montou a US\$ 85.086.100, que, ao câmbio médio do período (Cr\$ 200,00), representou 17,1 bilhões de cruzeiros (*Anuário Estatístico do Brasil*, de 1961, p. 179 e 215). Nesse mesmo ano, os rendimentos declarados como auferidos pelos residentes no exterior, objeto do imposto sobre a renda, foram de Cr\$ 31.257.168.482,00 (dado da Divisão do Imposto de Renda). Déficit potencial de mais de 14 bilhões de cruzeiros". (Idem, p. 29/30).